

Praia, 19/4/79

Ao Camarada
Presidente do CNCV do PAIGC

Em carta datada de 6 de Abril corrente, solicitei ao camarada Presidente do CNCV a minha demissão da função de responsável da Secção de Informação, Propaganda e Cultura do Secretariado do CNCV. Igualmente solicitei, na mesma ocasião, a excusa do trabalho em comissões em que a minha presença resultava da minha qualidade de responsável da SIPC. Alegava, para o efeito, motivos de consciência que, em face do comunicado da reunião do CNCV de 2 a 5 de Abril de 1979, não me permitiam continuar a desempenhar as funções de responsável da SIPC.

A 17 de Abril, o camarada Olívio Pires, membro do CEL do Partido e Secretário do CNCV aconselhou-me a clarificar por escrito a minha posição junto da Direcção do Partido. É este o objectivo que pretendo atingir com esta carta, antecipadamente agradecendo a sua atenção.

Tendo entrado para o PAIGC em Novembro de 1970, militei nas estruturas clandestinas em Portugal, trabalhando, ainda antes do 25 de Abril de 1974, na mobilização de estudantes e trabalhadores na perspectiva da luta de libertação nacional conduzida pelo nosso Partido. Participei igualmente na fase da luta que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 tendo, nomeadamente, tomado parte no processo de ocupação da ex-Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos (então transformada em Casa dos Estudantes das Colónias) e na transformação da Casa de Cabo Verde no Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné.

Em fins de 1974, passei a integrar a direcção da estrutura do PAIGC em Portugal até fins de Maio de 1975, altura em que fui transferido para Cabo Verde, passando a integrar o Comité do Sector Praia. Após a dissolução desse Comité em Junho de 1976, fui chamado a trabalhar na Direcção Nacional (actual Secretariado do Partido, onde fui encarregado da redacção do boletim "Unidade e Luta". Posteriormente, em Março de 1978, tornei-me responsável da Secção de Informação, Propaganda e Cultura, passando a integrar o Secretariado do CNCV.

Se me alonguei na descrição da minha trajectória como militante é porque foi ao longo dela que me formei como militante do PAIGC.

O trabalho partidário, clandestino, em Portugal, contribuía em grande parte para a formação dos militantes. E digo em parte porque outros factores influenciaram também nessa formação. Entre eles, o movimento estudantil e as livrarias, antes do 25 de Abril, e a acção das organizações políticas portuguesas após o 25 de Abril. É claro que os factores que actuavam antes do 25 de Abril eram também o produto da acção de organizações políticas portuguesas.

.../...

Nas condições de antes do 25 de Abril de 1974, muitos livros de autores reclamando-se do marxismo e do marxismo-leninismo (além de Marx, Engels e Lenine) foram editados em Portugal. Tais livros eram relativamente fáceis de se encontrar nas estantes de livrarias. Entre os muitos autores, (não são marxistas) que eu li então figuram, por exemplo, Fanon, Césaire, Marx, Engels, Lenine, Estaline, Trotsky, Mao-Tse-Tung, Wilhelm Reich, Brecht, etc.

Quanto aos materiais do Partido, eles só podiam chegar através das estruturas do trabalho partidário. Foi assim que conheci o Programa do Partido e alguns textos do camarada Amílcar Cabral sobre as formas de resistência, o centralismo democrático, a direcção colectiva, a crítica e autocritica e, mais tarde, a Constituição da República da Guiné Bissau. Por vezes, ao que eu sei, alguns outros textos foram utilizados em estudo no âmbito do trabalho do Partido. Estão nesse caso o Manifesto do Partido Comunista e Iniciação à Teoria Económica e o Estado e a Revolução.

Para além do estudo e discussão dos textos nas estruturas partidárias havia, por vezes, entre os estudantes, discussões sobre livros existentes no mercado e era frequente o intercâmbio de livros de diversos autores.

Após o 25 de Abril com o surgimento das organizações políticas portuguesas à luz do dia muito dessa influenciação ideológica de várias correntes políticas em Portugal exerceu-se de forma mais alargada na formação dos militantes nomeadamente a trotskista, a maoista e a ligada ao PCP. Ao mesmo tempo, era possível um mais amplo trabalho de difusão dos documentos do Partido, nomeadamente das obras do camarada Amílcar Cabral e ^{ajuda de} outros dirigentes dos movimentos de libertação nacional, Samora Machel e Agostinho Neto.

No meu caso, a leitura de vários autores, nomeadamente Trotsky, não me conduziu a uma posição de negação absoluta das suas ideias, posição essa que não me considero ainda na posse de elementos suficientes para assumir e defender. Isso no campo das ideias.

No aspecto prático, a minha militância situou-se no quadro da disciplina partidária. Aí tenho feito um esforço por ter uma prática correcta e por assimilar a ideologia do PAIGC, que considero responder às aspirações actuais e futuras do nosso povo.

O relativo conhecimento da realidade da nossa terra que os anos de militância política em Cabo Verde me vêm permitindo, permite-se estar convencido da correcção geral da política adoptada pelo Partido, ainda que, como produto da situação objectiva do nosso país, que é a base onde assenta a política do nosso Partido, tenha a consciência de que há carências na formação dos militantes e na sua prática que se torna necessário ultrapassar, bem como, inclusive, carências no próprio ramo a que estive até agora ligado, o da informação, que têm refle-

xos no estado de mobilização e participação consciente das massas.

A minha posição em relação a estes problemas tem sido a de dar todo o possível de mim mesmo no cumprimento da função de que o Partido me incumbiu, convencido de assim estar a dar uma contribuição para sua solução.

(2) O que fica dito, resulta da minha convicção de que o trotskismo, ou qualquer outra ideologia que não a do PAIGC, como sistema ideológico e político, não responde às necessidades concretas e fundamentais do nosso povo na etapa actual da evolução da nossa sociedade e à luz da actual relação de forças no mundo.

Como tal, considero necessário o esforço de divulgação da ideologia do Partido consubstanciada na obra de Amílcar Cabral e o reforço da unidade ideológica do Partido, e por essa convicção tenho pautado a minha prática partidária.

Assim sendo, porquê então o meu pedido de demissão das funções de responsável da SIPC?

A actividade da informação e propaganda exige, por sua própria natureza, que os que a ela se dedicam (e sobretudo os que nela têm responsabilidades particulares) assumam um papel particularmente activo na divulgação e implementação das decisões dos organismos de direcção do Partido. Ora, no caso presente, duas razões me levaram a concluir que eu não seria a pessoa indicada para tal.

(3) Por um lado, como escrevi atrás, se não aceito o trotskismo como sistema ideológico e político válido para solução dos problemas de Cabo Verde, os elementos dele que conheço não me motivem para um trabalho de tipo de negação histórica do trotskismo como ideologia, isso no aspecto de ideias.

(4) Por outro lado, as relações de amizade que durante anos me ligaram aos elementos agora expulsos do Partido, em particular ao camarada José Tomás Veiga, tornam particularmente difícil para mim assumir um papel particularmente activo no presente processo de denúncia das actividades de que são acusados e que, conhecendo, como julgo conhecer, um pouco da personalidade do camarada citado só posso aceitar como decisão da Direcção do Partido e no espírito de disciplina e confiança na Direcção do Partido.

Resulta assim que a posição por mim adoptada não é motivada por considerações de solidariedade nem para com a atitude adoptada pelos elementos expulsos do Partido (pedido de demissão dos seus cargos e de saída do Partido) nem para com as razões alegadas para tal atitude.

Os elementos que me foram facultados em conversa tida com o camarada Olívio Pires permitiram-me, depois, compreender as preocupações da direcção do Partido e as razões que estão na base da decisão adoptada pelo CNCV.

No entanto, porque a minha decisão inicial de pedir a demissão não se situavam a esse nível, o facto de estar melhor habilitado para julgar das razões que levaram o CNCV a adoptar tais decisões, se me permite encarar com uma maior serenidade e confiança uma decisão que, como militante do Partido, devia, em qualquer caso, acatar, por outro lado não modificam sensivelmente as razões de facto que me levaram a apresentar o meu pedido inicial.

Esperando ter assim fornecido à Direcção do Partido elementos que permitem avaliar e situar o meu pedido de demissão de responsável da SIPC, agradeço a atenção dispensada, reitero a minha disponibilidade para, em qualquer outra tarefa, poder continuar a prestar a minha participação militante na tarefa da Reconstrução Nacional e da criação duma sociedade nova e livre da exploração do homem pelo homem na Guiné e Cabo Verde ao serviço do nosso Partido, o PAIGC

Aguardando uma decisão sobre o assunto, subscrevo-me

Com Saudações Fraternalis

Manuel Tolentino

/MANUEL TOLENTINO/